

EMPRESARIOS BRASILEIROS E EUROPEUS CRIAM GRUPO DE TRABALHO PARA AVANÇAR AS NEGOCIAÇÕES MERCOSUL-UE

Os setores privados brasileiro e europeu, representados por 130 executivos de grandes empresas, [acordaram em um documento](#) a criação de “um grupo de trabalho conjunto para explorar opções no avanço da agenda bilateral em comércio e investimento”. Eles também pretendem “apoiar o diálogo entre as comunidades empresariais a fim de superar as principais diferenças (entre os blocos) e oferecer sugestões concretas para remover os principais obstáculos para a conclusão” do Acordo de Associação Birregional Mercosul-UE. Essa foi uma das conclusões do 6º Encontro Empresarial Brasil-União Europeia (UE), que ocorreu no dia 23 de janeiro, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília. [O evento foi organizado pela CNI](#) e pelas contrapartes europeias, [BusinessEurope](#) e [Eurochambres](#), com apoio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

Os empresários afirmaram que medidas de curto prazo devem ser tomadas para remover barreiras não tarifárias que dificultam os fluxos de comércio bilateral. Eles acreditam que muitas dessas medidas são setoriais e, por isso, deve haver um diálogo. Citaram o exemplo da força-tarefa no setor de agrotóxicos, criada pela CNI e *BusinessEurope* e liderada pelo Sindag (no Brasil) e pela ECPA (na Europa), com o apoio do *Brazilian Business Affairs* (BBA), escritório de defesa de interesses setoriais da Apex-Brasil em Bruxelas.

O documento afirmou ainda que “pouco progresso foi alcançado” desde a retomada das negociações em 2010. Os dois setores privados acreditam que, se o Brasil não se empenhar em fechar um acordo comercial com a União Europeia, perderá mercado para os demais países emergentes.



NESTA EDIÇÃO

Empresários brasileiros e europeus criam grupo de trabalho para avançar as negociações Mercosul-UE Pag. 01

FIQUE DE OLHO! Pag. 02

Parlamento Europeu vota nova PAC Pag. 02

Telefônica e Telecom multadas Pag. 04

Defesa de etiquetas "made in" Pag. 05

Parlamento e Comissão pedem que Mercosul desbloqueie as negociações para acordo de livre comércio Pag. 06

Acordos Internacionais Pag. 07

Livre Comércio Mercosul-UE Pag. 08

Cúpula Brasil-UE Pag. 10

Cúpula do Chile Pag. 11

Negociações Irlanda x EUA Pag. 11

Bruxelas em Movimento Pag. 12

Texto final para a criação do TUP CE viaja ao Peru e Chile Pag. 13

Questões Parlamentares Pag. 14

Brasil garante normas trabalhistas Pag. 14

BSE em carne brasileira Pag. 15

Setores afetados na UE Pag. 15

Agenda da UE Pag. 15



Segundo os empresários, o principal entrave ao aumento do comércio bilateral, que caiu US\$ 2,9 bilhões de 2011 para 2012, é o atraso nas negociações. O setor privado afirmou que a conclusão de um acordo de livre comércio equilibrado e ambicioso entre os dois atores econômicos irá melhorar significativamente os fluxos de comércio e investimento nos dois sentidos. Neste contexto, acreditam que devem trabalhar em conjunto para revigorar as negociações comerciais UE-Mercosul, porque não podem se dar ao luxo de perder o ímpeto quando as preferências comerciais unilaterais se realinham e acordos bilaterais com os principais parceiros comerciais na América Latina estão sendo concluídos.

O encerramento do encontro empresarial foi feito pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

Preocupados com a desaceleração dos negócios, empresários brasileiros e europeus entregaram no dia seguinte à presidente Dilma Rousseff e aos presidentes da Comissão Europeia, Durão Barroso, e do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, um documento com propostas para a retomada do comércio e dos investimentos, assinado pela CNI, Eurochambres e BusinessEurope.

FIQUE DE OLHO!

Apex-Brasil lança publicação virtual para promover a integração Mercosul-UE

Durante o 6º Encontro Empresarial Brasil-UE, a Apex-Brasil lançou a publicação digital “Diálogo Mercosul - União Europeia”, que reúne artigos de autores com notório conhecimento sobre o futuro das relações comerciais entre os blocos sul-americano e europeu, vinculados a instituições de ensino de países do Mercosul e da União Europeia. Para organizar a publicação, a Agência, por meio do seu escritório de relacionamento em Bruxelas (Bélgica) - o *Brazilian Business Affairs* (BBA) - promoveu debates acadêmicos sobre as discussões existentes para a assinatura de um acordo entre os dois blocos. Para ler o livro, acesso o [link](#).

Parlamento Europeu vota primeiras emendas da nova PAC: consenso ainda está longe

A reforma da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia (UE) deve distribuir os financiamentos de forma mais justa, transformar as medidas de “ecologização” (greening) obrigatórias e flexíveis, equipar melhor os agricultores para enfrentar o mercado e reduzir a burocracia. É o que foi anunciado na abertura da sessão da [Comissão Parlamentar da Agricultura](#) (AGRI), ocorrida nos dias 23 e 24 de janeiro, quando foi votada uma série de emendas à [proposta da nova PAC](#). Esta será a primeira vez que o Parlamento Europeu vai



atuar na reforma da PAC como co-legislador com os Estados-Membros.

A [Comissão Parlamentar da Agricultura votou](#) os dois principais pilares financeiros da PAC: os pagamentos diretos aos agricultores e as medidas para o desenvolvimento rural, bem como as propostas para a eliminação do apoio aos preços do açúcar e a [regulamentação](#) do sistema de plantações das vinhas, mantendo finalmente o regime em vigor para os produtores de vinho.

Os eurodeputados também aprovaram novas regras ambientais com foco em diversificação de culturas, manutenção de pastagens permanentes e criação de áreas ecologicamente focadas.

No entanto estão intransigentes quanto aos cortes de orçamento. Eles disseram que a PAC deve ser devidamente financiada para garantir o fornecimento de alimentos de alta qualidade para os cidadãos europeus e permitir que os agricultores possam proteger melhor o meio ambiente.

O [presidente da comissão parlamentar de agricultura, o eurodeputado Paolo De Castro \(S & D, IT\)](#), defendeu a ideia de que qualquer corte no orçamento da PAC é “inaceitável”. “Há 2 milhões de agricultores nos EUA e o orçamento deles é duas vezes maior do que o da UE. Temos 10 milhões de agricultores. Passamos de 15 a 27 Estados-Membros com o mesmo orçamento”, acrescentou Castro. Para ele, “a nova PAC deve ser mais eficiente, mais ecológica e capaz de responder aos enormes desafios que virão. Tais metas ambiciosas implicam custos mais elevados”.

O orçamento da PAC para 2014-2020 deve ficar em torno de 435.6 bilhões de euros, representando mais de 40% do orçamento total da UE. Três quartos desse valor deverão cobrir os subsídios diretos aos agricultores, o chamado pilar 1 da PAC.

Já sobre as novas regras de proteção ambiental, setor que representará 30% dos orçamentos nacionais para os pagamentos diretos condicionados ao cumprimento obrigatório das medidas de “ecologização”, os parlamentares indicaram que deve haver mais flexibilidade, para que o cumprimento das medidas ecológicas seja viável aos novos Estados-Membros da UE. Atualmente a maior parte do pagamento ambiental está sob o chamado pilar 2 da PAC (desenvolvimento rural) e o que os eurodeputados querem é mudá-lo para o pilar 1 (pagamentos diretos). Pouco menos de um quarto da PAC é gasto em medidas de desenvolvimento rural, incluindo a melhoria da competitividade, do meio ambiente e da qualidade de vida, além da diversificação econômica para as comunidades rurais.

“Conseguimos trazer as medidas ecológicas para o primeiro pilar da PAC, tornando-as possíveis para todos os agricultores da UE, e não apenas aos países que podem se dar ao luxo de financiá-las ao abrigo de programas de desenvolvimento rural. Este “greening” (as medidas ecológicas) está claramente sujeito às regras da UE e agora precisa ser pago pelo dinheiro real da UE para um bem público”, disse o eurodeputado Capoulas Santos.

Os agricultores gerenciam mais de 70% das terras da UE e estão intrinsecamente ligados ao



meio ambiente. Por isso, relatam os parlamentares, deve haver um benefício real para lhes garantir o gerenciamento da terra de forma sustentável.

Sem consenso

Em paralelo à votação da comissão da Agricultura, a comissão parlamentar do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar (ENVI) também se reuniu, no dia 23 de janeiro, para discutir a PAC.

O ministro irlandês da Agricultura, Alimentação e Marinha, Simon Coveney, disse que não há respostas fáceis para muitas questões ambientais espinhosas, incluindo a ligação dos pagamentos diretos aos agricultores com as exigências para diversificar suas culturas e dedicar 7% de suas terras para armazenamento e outras áreas de foco ecológico.

O Conselho da UE, representando os 27 Estados-Membros, deve finalizar um orçamento global para o período 2014-2020 na Cúpula de 7 e 8 de fevereiro, em Bruxelas. O próximo orçamento pode produzir cortes para a maioria dos programas da UE, incluindo o que tradicionalmente tem sido o seu maior programa, a PAC.

A posição final do Parlamento Europeu relativamente à reforma da PAC está intrinsecamente ligada ao orçamento da UE. A votação em plenário do PE da proposta final da reforma da PAC está prevista para a sessão de março. A partir daí, pode iniciar-se a negociação com os Estados-Membros.

Bruxelas multa Telefônica e Portugal Telecom por conluio: na origem está o acordo de venda da Vivo

A Comissão Europeia (CE) aplicou uma multa de 66,89 milhões de euros à empresa espanhola Telefónica e outra multa de 12,29 milhões de euros à empresa Portugal Telecom por conluio, ao acordarem não competir entre si no mercado ibérico.

O acordo de não concorrência a que a Comissão se refere estava ligado à aquisição em 2010, pela Telefónica, da parte da Portugal Telecom na operadora móvel brasileira Vivo.

Na época, as duas empresas incluíram no contrato uma cláusula na qual acordavam não concorrer entre si na Espanha e em Portugal. Entretanto as duas operadoras colocaram um fim ao acordo de não concorrência ibérico em fevereiro de 2011, depois da Comissão ter iniciado o processo anticoncentração, mas a multa só chegou agora.

A Telefónica e a Portugal Telecom são os maiores operadores de telecomunicações em seus países. Em 2011, a Telefónica era responsável por quase metade de todos os rendimentos gerados pelo setor das telecomunicações espanhol. Cada empresa tem uma presença muito reduzida no país da outra.

De acordo com o comunicado da CE do dia 23 de janeiro, as duas empresas infringiram o arti-



go 101º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), que proíbe os acordos anticoncorrenciais.

“Não toleraremos práticas anticoncorrenciais de operadores estabelecidos que defendam os seus mercados nacionais, porque prejudicam os consumidores e atrasam a integração do mercado”, afirmou no comunicado o vice-presidente da Comissão responsável pela política da concorrência, Joaquín Almunia.

A Comissão disse que o acordo entre as duas empresas impediu a criação de um mercado único das telecomunicações da UE e levou ao aumento dos preços ao consumidor.

A [Telefónica declarou que “discorda completamente de receber uma multa sobre um acordo feito há mais de 2 anos”](#) e vai recorrer da decisão no Tribunal de Justiça da UE, localizado no Luxemburgo. A [Portugal Telecom sinalizou que vai tomar a mesma decisão.](#)

Parlamento Europeu defende etiquetas "made in" para países terceiros

A União Europeia (UE) deve exigir que os produtos importados de países terceiros contenham as etiquetas "made in" com a indicação de origem, [defenderam os eurodeputados](#) em sessão plenária no dia 17 de janeiro. Eles se opuseram à [decisão recente da Comissão Europeia \(CE\) de cancelar](#) a proposta de regulamento das etiquetas de origem "made in", que obrigaria os países de fora do bloco a etiquetarem a origem de seus produtos. (ver referência no anexo sobre comércio nº 14 do documento da proposta de trabalho da CE para 2013).

Durante a sessão plenária de janeiro, o [comissário europeu responsável pelo comércio, Karel de Gucht, argumentou](#) que a CE chegou a conclusão que o regulamento em gestação não era compatível com certas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), porque incluía apenas os produtos provenientes de países terceiros e não os bens produzidos na UE. De fato, os Estados-Membros são dispensados da etiqueta do país de origem para o comércio intracomunitário.

No entanto [o Parlamento discordou da CE](#) e, na resolução aprovada em janeiro, [os eurodeputados pediram que a CE mude de ideia ou apresente uma alternativa](#). Durante o debate, os eurodeputados destacaram que países como a China, os Estados Unidos e o Brasil têm normas internas que exigem a denominação de origem para certos produtos importados. “A Europa também tem o dever ter essa regra e não pode ter princípios diferentes em um mercado global. Precisamos garantir que as regras sejam justas”, disse a eurodeputada italiana Cristiana Muscardini, que liderou o trabalho sobre a proposta "made in" no Parlamento.

O presidente da comissão parlamentar de Comércio Internacional (INTA), Vital Moreira, destacou que o objetivo inicial foi “evitar o uso de etiquetas falsas ou enganosas, de modo a colocar a Europa em pé de igualdade com os parceiros comerciais”.

Caberá à Comissão, segundo os eurodeputados, encontrar uma nova base jurídica para relançar a proposta.

Parlamento e Comissão pedem que Mercosul desbloqueie as negociações para acordo de livre comércio

No dia 17 de janeiro, o Parlamento Europeu votou [uma resolução solicitando o desentrupe](#) das negociações em torno do Acordo de Associação entre a União Europeia (UE) e o Mercosul. Os eurodeputados pediram, em sessão plenária, que os blocos econômicos levem “motivação e apoio político significativo para a mesa das negociações” e troquem ofertas.

O presidente da comissão parlamentar de Comércio Internacional (INTA), eurodeputado Vital Moreira, [colocou em questão “se vale a pena continuar as negociações”](#), uma vez que, segundo o eurodeputado, “o Mercosul - Brasil, Argentina e os demais países - continua claramente fora deste movimento de abertura comercial e a atual paralisação das negociações com a UE parece anunciar um fechamento das perspectivas para um futuro acordo”.

O comissário responsável pelo comércio, Karel De Gucht, convidado ao plenário, [disse concordar com os eurodeputados](#). “O tempo está passando e não podemos continuar indefinidamente com isso. Eles (países-membros do Mercosul) têm que decidir e devem nos dizer o que realmente querem e o que podem fazer para permitir que o acordo seja alcançado entre esses dois importantes parceiros econômicos e políticos”, afirmou De Gucht.

De Gucht disse ainda que “o Mercosul tem sido incapaz de concordar internamente”, mas reconhece que o bloco sul-americano tem uma situação complexa, agravada pela “questão de quem está dentro e quem está fora do Mercosul”, ou seja, a suspensão do Paraguai, a adesão da Venezuela e o futuro ingresso da Bolívia “podem complicar ou atrasar ainda mais os trabalhos, embora em nossa opinião não seja esta uma questão decisiva”, afirmou o comissário.

Para a Comissão Europeia, há “uma tendência crescente em setores do Mercosul de adotar medidas protecionistas que possam lançar algumas dúvidas sobre a probabilidade e a vontade política para abrir novos mercados”.

Porém De Gucht acredita que o Mercosul deve decidir qual caminho escolher: “Ou o bloco se compromete com uma negociação de livre comércio - e isso não será fácil para nós - (...) e apresenta ofertas ou então segue o caminho protecionista (...) e a UE nos próximos meses escolherá o que vai fazer. Será que vamos continuar pressionando, empurrando, esperando? Ou vamos recorrer à OMC?”

Contexto

[As negociações com o Mercosul foram oficialmente relançadas](#) na Cúpula UE-Mercosul em 2010, após uma interrupção em 2004. Desde então aconteceram nove rodadas de negociação, mas o trabalho tem sido focado na parte normativa do acordo, não tendo ainda sido fixada qualquer data para o intercâmbio de ofertas de acesso ao mercado. O objetivo é negociar um acordo comercial abrangente.

A UE é o maior parceiro comercial e o maior investidor no Mercosul, enquanto este é o oitavo maior parceiro comercial da UE. A UE é o primeiro mercado do Mercosul para as suas exportações agrícolas, enquanto as exportações da UE para o Mercosul se concentram em produtos industriais e serviços.

A iniciativa da resolução foi da Comissão Parlamentar de Comércio Internacional (INTA), porque os eurodeputados acreditam que o Mercosul precisa se decidir e começar o processo de troca de ofertas.

[A resolução foi aprovada por](#) 284 votos, Houve 87 votos contra e 7 abstenções.

Acordos Internacionais

Acordo de Livre Comércio Mercosul-UE: promessa de troca de ofertas até o final do ano

O Mercosul e a União Europeia (EU) [concordaram em trocar suas primeiras ofertas](#) comerciais de acesso de seus produtos aos respectivos mercados até o final deste ano. Essa foi a conclusão da reunião ministerial com o Mercosul, composto pelo Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e Paraguai (atualmente suspenso do bloco, após a saída de Fernando Lugo do poder). O encontro foi realizado em Santiago do Chile, no dia 27 de janeiro, por ocasião da I Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC) e a UE.

Também ficou decidido que antes de apresentar ofertas comerciais à UE, o bloco sul-americano vai esperar a formação do novo governo paraguaio, depois das eleições gerais em 21 de abril. Ainda aguardará que se discutam as "condições" da Venezuela, que é membro pleno do Mercosul desde o dia 31 de julho de 2012, mas é considerado país observador na negociação com a UE.

"Um enorme esforço foi feito para dar um novo impulso às discussões", [afirmou o comissário europeu do comércio, Karel De Gucht](#). Perguntaram-lhe se tinha havido um avanço e ele respondeu: "Eu acho que nós temos que ter cuidado com essa palavra. As negociações estão se movendo no campo político".

No documento em conjunto, os ministros sublinharam a importância das relações econômicas, comerciais e culturais entre as duas regiões, levando-se em conta a população total de mais de 780 milhões de pessoas, um PIB combinado de 20,8 trilhões de dólares e um comércio birregional de cerca de 130 bilhões de dólares por ano.

O Mercosul foi representado pelo ministro das Relações Exteriores do Uruguai e presidente Pro Tempore do Mercosul, Luis Almagro, pelo ministro brasileiro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, pelo vice-ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Eduardo Zuain, e pelo político e sociólogo Elias Jaua, da Venezuela. A União Europeia foi representada pelo comissário do Comércio Exterior, Karel De Gucht.

Cúpula Brasil-UE

Na VI Cúpula Brasil-União Europeia, realizada no dia 24 de janeiro, em Brasília, os líderes brasileiros e europeus destacaram o constante fortalecimento dos vínculos entre o Brasil e a UE, reafirmaram a necessidade de troca de ofertas no âmbito das negociações para o Acordo Birregional Mercosul-UE e ainda ressaltaram o acordo de cooperação científica entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), do Brasil, e o “Joint Research Centre” (JRC), da Comissão Europeia.



Os líderes assinaram um memorando de entendimento administrativo sobre a cooperação técnica na área de bem-estar animal entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Brasil, e a Direção-Geral da Saúde e da Proteção do Consumidor, da Comissão Europeia. Expressaram também satisfação com o desenvolvimento dos diálogos setoriais bilaterais, que envolvem iniciativas em mais de 30 áreas.

O Brasil foi representado pela presidente Dilma Rousseff, e a União Europeia (UE), pelos presidentes do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e da Comissão Europeia (CE), José Manuel Durão Barroso.

Pesquisa e Educação

Enfatizando a importância da educação e da pesquisa para um desenvolvimento econômico sustentável e justo, os líderes saudaram o importante papel que os Estados-Membros da UE cumprem como parceiros do Programa “Ciência sem Fronteiras”, do Brasil. Concordaram em consolidar a parceria Brasil-UE em educação, especialmente por meio das plataformas de mobilidade acadêmica. Também manifestaram satisfação com as ações tomadas no âmbito dos programas *Erasmus Mundus* e *Marie Curie*, da UE.

Ressaltaram, em particular, o avanço da cooperação bilateral em pesquisa e desenvolvimento



e governança da internet, bem como a troca de experiências em áreas como regulação das telecomunicações e desenvolvimento de banda larga.

Segurança Internacional

Na cúpula política, os líderes brasileiros e europeus fizeram menção à questão da paz e segurança internacionais e expressaram séria preocupação com a atual situação na Síria, ressaltando a necessidade da cessação imediata de toda violência. Sublinharam a importância de que a comunidade internacional estenda apoio firme e efetivo aos esforços do Representante Especial Conjunto da ONU e da Liga Árabe, no sentido de encontrar solução política para a crise.

Sobre o processo de paz no Oriente Médio, Brasil e UE reiteraram a proposta de uma solução abrangente para o conflito, que conduza dois Estados (Palestina e Israel) ao reconhecimento mútuo. O Brasil e a UE opõem-se, com veemência, aos planos israelenses de expansão dos assentamentos na Cisjordânia, inclusive em Jerusalém Oriental, e em particular aos planos para desenvolver a área East 1.

Ainda os dois atores econômicos reafirmaram o compromisso na busca de uma solução negociada para a questão nuclear iraniana.

Comércio

As partes reiteraram a importância de um sistema multilateral forte e eficaz, no qual o enfrentamento dos múltiplos desafios mundiais esteja fundamentado no direito internacional.

Sobre o Acordo de Associação Birregional Mercosul-UE, os líderes examinaram o curso das negociações desde seu relançamento em maio de 2010 e saudaram o progresso alcançado nas questões normativas, concordando que o processo atual requer a discussão do acesso preferencial aos respectivos mercados, incluindo troca de ofertas.

Durante a cúpula, as autoridades presentes registraram os números expressivos dos fluxos de comércio e de investimentos bilaterais e ratificaram a posição da UE como principal parceiro comercial do Brasil e maior investidor no país. Os líderes ressaltaram, de um lado, o crescente interesse de empresas europeias em estabelecer ou ampliar a presença no Brasil - por meio, inclusive, de parcerias público-privadas - e, de outro, a crescente competitividade das empresas brasileiras no mercado europeu.



Na Cúpula do Chile, europeus enfatizaram a necessidade de segurança jurídica

Na 1ª Cúpula UE-CELAC, [os chefes de Estado e de Governo de 60 países](#) que formam parte da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da União Europeia (UE) voltaram sua atenção aos investimentos de qualidade e se mostraram dispostos a passar das palavras às ações. No final da cúpula, eles assinaram um [documento conjunto de 14 páginas](#), destacando a necessidade de segurança jurídica e de confiabilidade nos investimentos europeus, um objetivo declarado dos países da UE antes do encontro, em decorrência da nacionalização de várias empresas na Bolívia e na Argentina nos últimos anos.

“Para que o nível e a qualidade dos investimentos se mantenham é fundamental garantir um marco regulatório transparente e estável que respeite as normas internacionais e evite a arbitrariedade”, [afirmou o presidente da Comissão Europeia](#), José Manuel Barroso, em seu discurso de abertura.

O encontro foi em Santiago do Chile, nos dias 26 e 27 de janeiro. Compareceram, entre outros, a presidente Dilma Rousseff, a chanceler alemã, Ângela Merkel, o presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompoy, o presidente espanhol, Mariano Rajoy, os líderes do México, Enrique Peña Nieto, da Colômbia, Juan Manuel Santos, e do Chile, Sebastián Piñera.

Uma só voz

"Aliança para o Desenvolvimento Sustentável: Promovendo Investimentos de Qualidade Social e Ambiental" foi o tema do encontro, que ocorreu em um momento no qual a América Latina e o Caribe se apresentam como "uma só voz".

Esse foi o cenário apresentado pelo chefe da diplomacia chilena e anfitrião do encontro, Alfredo Moreno, durante uma entrevista coletiva na qual esteve acompanhado da alta representante da UE para Relações Exteriores e Política de Segurança, Catherine Ashton. "Há dois ou três motivos que fazem esta reunião muito especial. Em primeiro lugar, nosso continente, a América Latina e o Caribe, tem uma só voz. Nas cúpulas anteriores, eram países diferentes apresentando suas posições. Hoje, depois de termos aprendido com o que fez a Europa, temos uma organização que reúne todos nós", avaliou Moreno.

Embora esta Cúpula tenha sido a continuação do diálogo das bem-sucedidas últimas seis Cúpulas entre a América Latina e países do Caribe e da União Europeia, esta é a primeira vez que a América Latina se reúne sob o mesmo guarda-chuva, a CELAC. [As trocas comerciais entre os países membros da CELAC e da UE](#) mais que duplicaram ao longo da última década, ascendendo a 202 bilhões de euros. A União Europeia continua a ser o principal investidor estrangeiro nos países ALC, representando 385 bilhões de euros (43% do total da região) do investimento direto estrangeiro (IDE) total em 2010. O investimento direto estrangeiro da UE na América Latina e no Caribe é superior ao da Rússia, China e Índia juntos.



A próxima cúpula UE-CELAC ocorrerá em Bruxelas, em 2015.

Abrir negociações com os EUA é prioridade da presidência irlandesa

Em seu primeiro discurso no Parlamento Europeu, em 16 de janeiro, o primeiro-ministro irlandês, Enda Kenny afirmou que criar postos de trabalho e combater a crise econômica na Europa são as prioridades da Irlanda e destacou que enfatizará os acordos de livre comércio com parceiros mundiais, como os Estados Unidos. A Irlanda assumiu a presidência do Conselho da União Europeia (UE) em 1º de janeiro, por seis meses.



“Vamos definir uma visão clara sobre o aprofundamento dos laços econômicos com os Estados Unidos, que continuam sendo nosso mais importante parceiro comercial”, afirmou [o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso](#), reforçando as declarações de Kenny, na mesma sessão plenária. Barroso também lembrou outras negociações importantes que estão em curso, com Cingapura, Canadá e Japão.

Porém os olhos irlandeses estão principalmente voltados para os EUA e pretendem garantir o mandato para que a Comissão Europeia comece as negociações. Já no começo de janeiro, [Kenny antecipou aos jornalistas, em Dublin](#), depois do encontro com o presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, que o grupo de trabalho permanente criado para melhorar as relações comerciais entre EUA e UE publicará um novo relatório sobre os laços econômicos entre os dois atores mundiais e que a conclusão será o sinal verde para que a Comissão Europeia lance as negociações.

Segundo dados da Comissão, [os EUA e a UE continuam a ser, com folga, os dois maiores mercados potenciais do mundo](#), respondendo por 54% do PIB global, 28% do comércio mundial de bens e 43% dos serviços. O [comércio bilateral](#) passou de 412 milhões de euros em 2010 para 444 milhões de euros em 2011. Os Estados Unidos são o terceiro parceiro comercial da UE, depois da China e da Rússia.

[Um estudo sobre o impacto de um possível acordo de livre comércio entre os EUA e a UE](#), recentemente publicado pela [BusinessEurope](#), associação que representa o setor privado da UE, mostra que as tarifas praticadas hoje são relativamente baixas (média de 5 a 7%), mas o livre comércio transatlântico ainda pode proporcionar ganhos consideráveis devido aos volumes comerciais elevados. O estudo cita que as exportações da UE para os EUA poderiam aumentar entre 7 e 18% (ou de 21 bilhões de euros para até 52 bilhões de euros, dependendo do cenário). Por outro lado, os EUA, aponta o relatório, poderiam aumentar suas exportações para a UE entre 8 e 17% (ou de 17 bilhões de euros para até 40 bilhões de euros).

Ainda de acordo com o estudo da [BusinessEurope](#), estimativas apontam que a remoção de barreiras não tarifárias também pode aumentar a renda do consumidor de 0,1% para 0,7% na União Europeia e de 0,1% para 0,3% nos Estados Unidos. Para a UE, os principais ganhos da re-

moção de barreiras não tarifárias seriam no setor automobilístico e para os EUA, no setor de máquinas elétricas.

Contexto

Em 2007, o então presidente dos EUA, George W. Bush, e a chanceler alemã, Ângela Merkel, estabeleceram o [Conselho Econômico Transatlântico](#) (TEC) com o objetivo de eliminar as barreiras comerciais e harmonizar as normas. Ao longo dos anos, o TEC tem ajudado a alinhar as políticas nas áreas de investimento, contabilidade, segurança das importações, segurança da cadeia de suprimentos, normatização para o setor de automóveis, energia renovável, entre outras.

[Na Cúpula UE-EUA](#), em novembro de 2011, os líderes de ambos os lados criaram um [grupo de trabalho permanente sobre emprego e crescimento](#), encarregado de identificar "políticas e medidas para aumentar o comércio e o investimento (entre os EUA e UE), para apoiar a criação de emprego, o crescimento econômico e a competitividade internacional".

Após a Cúpula do G20, realizada em junho de 2012 no México, o [presidente Barack Obama reconheceu que os EUA e a UE concordaram](#) em dar o próximo passo no lançamento das negociações de um acordo que fortaleça o comércio bilateral. Na mesma época, o [grupo de trabalho permanente emitiu um relatório parcial](#), apontando as categorias que um potencial acordo deveria incluir, e uma [declaração conjunta EUA-UE](#) exortou "o grupo a completar seu trabalho o mais rápido possível".

No entanto ainda não há uma data para a publicação das conclusões do trabalho do grupo permanente, mesmo que o primeiro-ministro irlandês tenha antecipado o resultado positivo, segundo informações dadas ao **Informativo de Bruxelas** pela assessoria de imprensa do comissário europeu do comércio, Karel De Gucht, responsável oficial do grupo.

Bruxelas em Movimento

Sai texto final para a criação do Tribunal Unificado de Patentes (TUP)

Após ter sido aprovada, no dia 11 de dezembro de 2012, a legislação que cria a patente única em 25 Estados-Membros da União Europeia, o Conselho da União Europeia publicou, no dia 13 de janeiro, [o texto final do acordo sobre o Tribunal Unificado de Patentes](#) (TUP).

Atualmente os tribunais nacionais e as autoridades dos 25 Estados-Membros contratantes da Patente Única Europeia são os únicos competentes para decidir sobre os litígios das patentes europeias.

O TUP terá uma jurisdição especializada e está sendo criado para garantir decisões rápidas e

de alta qualidade e para ajudar os detentores de direitos a encontrar um justo equilíbrio.

O novo órgão comportará um Tribunal de Primeira Instância, um Tribunal de Recursos e uma secretaria. Ele terá uma divisão central (com sede em Paris e duas seções em Londres e Munique) e várias divisões locais e regionais nos Estados-Membros que fazem parte do acordo. A sede do Tribunal de Recursos será em Luxemburgo.

[O acordo intergovernamental para a criação do TUP estará aberto para a assinatura dos Estados-Membros a partir de 18 de fevereiro.](#) Em seguida, ele deverá ser ratificado por no mínimo 13 Estados-Membros, incluindo França, Alemanha e Inglaterra, para então entrar em vigor.

CE viaja ao Peru e ao Chile em missão empresarial

No dia 23 de Janeiro, o comissário europeu responsável pela Empresa e Indústria e vice-presidente da Comissão Europeia (CE), [Antonio Tajani](#), viajou ao Peru no âmbito da "Missão para o Crescimento", que ajuda as empresas europeias, principalmente as PMEs, a buscarem oportunidades nos mercados internacionais emergentes.

Acompanhado por uma delegação de negócios composta por 44 representantes de 37 empresas e por associações europeias da indústria de 10 Estados-Membros da UE, o vice-presidente assinou com seus colegas peruanos acordos nas áreas do desenvolvimento, da cooperação industrial, das matérias-primas, da construção sustentável e do turismo.



O comissário também anunciou que [o acordo de livre comércio entre a União Europeia, o Peru e a Colômbia](#), aprovado no ano passado, entrará em vigor no dia 1º de março de 2013.

No dia 25, Tajani seguiu para o Chile, onde inaugurou com o presidente chileno, Sebastián Piñera, a [IV Cúpula Empresarial CELAC-UE](#). Em paralelo, houve uma reunião de negócios da qual participaram, além do comissário europeu, uma delegação composta por 49 representantes, 40 empresas e associações europeias da indústria de 9 Estados-Membros da UE, o chanceler chileno, Alfredo Moreno Charme, e o ministro da Economia, do Desenvolvimento e do Turismo, Pablo Longueira Montes. [A reunião teve como objetivo fortalecer a implementação dos acordos políticos, assinados em 2011 com as autoridades chilenas, sobre o desenvolvimento das PMEs, a cooperação industrial, o turismo, o espaço aéreo e as matérias-primas \(todos os acordos\).](#)

Questões Parlamentares

Dentro do processo democrático das instituições europeias, os parlamentares podem dirigir perguntas à Comissão Europeia ou ao Conselho sobre os temas em pauta. Ambas as instituições têm até oito semanas para responder aos parlamentares. O Informativo de Bruxelas seleciona apenas as questões de interesse da indústria brasileira que já obtiveram resposta.



(© Architecture Studio / NO PROPERTY RELEASE)

Comissão diz que Brasil garante normas trabalhistas contra Inditex

O comissário europeu responsável pela Indústria e Empresa, Antonio Tajani, disse que o governo brasileiro está tomando medidas para garantir o cumprimento das normas trabalhistas no seu território em relação às denúncias feitas pelo eurodeputado espanhol Willy Meyer contra o grupo Inditex. [O eurodeputado questionou a Comissão](#) sobre o fato de a Inditex não estar cumprindo no Brasil as regras impostas pela Comissão Europeia, que promovem a responsabilidade social nas empresas europeias.

[Segundo Meyer](#), a Inditex “esteve recentemente sob investigação do Ministério do Trabalho e Emprego (do Brasil) sob alegação de práticas de trabalho escravo em suas dependências”. Além disso, acrescentou o eurodeputado, o governo brasileiro impôs mais de 50 multas à empresa.

Tajani afirmou que a Comissão não tem mandato nem recursos para investigar alegações como essas e diz que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem um mecanismo de notificação estabelecido por governos aderentes, o que é o caso do Brasil e da Espanha, no qual as suspeitas de desrespeito às diretrizes são levadas em conta. Chama-se [“National Contact Point”](#).

O comissário lembrou ainda que a UE manifestou interesse em cooperar com o Brasil para a realização da 3ª Conferência Global do Trabalho Infantil, que acontecerá em outubro de 2013, em Brasília. O [Ministério das Relações Exteriores formou uma comissão organizadora](#) para o evento em novembro de 2012.

Caso atípico de BSE em carne bovina brasileira

O comissário europeu da Saúde e Defesa do Consumidor, [Tonio Borg, assegura](#) que, após as autoridades brasileiras terem confirmado um caso atípico de infecção bovina por encefalopatia espongiforme bovina (BSE) no Brasil, as análises realizadas pelo laboratório de referência da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) não puderam confirmar o tipo exato do caso de BSE.



Ao responder à [eurodeputada Elisabeth Köstinger quanto às regras que a Comissão Europeia \(CE\) pretende adotar para proteger a saúde dos consumidores europeus](#), Borg afirmou que a CE solicitou à OIE uma reavaliação do estatuto da BSE brasileira e que qualquer decisão em relação a esse caso vai depender das conclusões da reavaliação.

Borg acrescentou que o caso brasileiro de BSE não deve afetar as negociações em curso com o Mercosul.

Indústria de base e setor financeiro são os mais afetados na UE

O impacto da recente crise econômica tem sido bastante severo para a maioria dos setores industriais da União Europeia (UE), mas a indústria de base e o setor financeiro foram os mais afetados pela “desindustrialização” na última década, [afirmou o comissário europeu responsável pelas Empresas e Indústria](#), Antonio Tajani, em resposta ao [eurodeputado português Nuno Teixeira](#) sobre quais setores econômicos e Estados-Membros foram mais atingidos pela desaceleração.

[Tajani disse](#) ainda que, desde 2001, o emprego na indústria diminuiu em quase todos os Estados-Membros, sendo que em oito deles chegou a diminuir em mais de 20%. Entre 2001 e 2011, o valor agregado da indústria diminuiu em um de cada três Estados-Membros. Luxemburgo, Dinamarca e Reino Unido registraram as maiores quedas, enquanto os maiores crescimentos industriais se deram na República Checa, na Polônia e na Eslováquia.

Esse declínio levou a Comissão Europeia a apresentar a comunicação “[Reforçar a indústria europeia em prol do crescimento e da recuperação econômica](#)”, com o objetivo de relançar a atividade econômica e a criação de empregos.

Tajani acrescentou que a Comissão Europeia dará seguimento à sua abordagem horizontal da política industrial, cuja missão é criar um crescimento sustentável nos próximos anos para certas áreas específicas, nas quais a mudança tecnológica é considerada urgente.

Agenda da UE

Destaques de Fevereiro de 2013

05	Comissão Europeia Bruxelas, Bélgica A Direção-Geral (DG) da Empresa e Indústria, da Comissão Europeia (CE), organizará um dia de informação sobre as redes transeuropeias de energia. Para ver o programa, acesse este link.
----	---



07	Centre for European Reform Londres, Reino Unido O Centro para a Reforma Europeia organizará um debate sobre as perspectivas do livre comércio transatlântico (União Europeia - Estados Unidos). Para mais informações, acesse este link.
08	European Policy Centre Bruxelas, Bélgica Diálogo político: “Como a política da energia poderá encorajar o crescimento sustentável e o emprego na Europa?”. Para mais informações, acesse este link.
07 - 08	Conselho Europeu Bruxelas, Bélgica O Conselho Europeu de fevereiro procurará chegar a um acordo sobre o orçamento da UE para 2014-2020, o chamado Quadro Financeiro Plurianual (QFP). Para mais informações, acesse este link.
18	Conselho da UE - Negócios Estrangeiros Bruxelas, Bélgica O Conselho dos ministros de Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros da UE se reunirá para tratar de questões relativas à política externa de segurança, cooperação de segurança e defesa e políticas de comércio e desenvolvimento. Alguns itens da pauta são: China, alterações climáticas, a parceria oriental e o Japão. Para mais informações, acesse este link.
22	Conselho da UE - Transportes, Telecomunicações e Energia Bruxelas, Bélgica O Conselho dos Ministros dos Transportes, Telecomunicações e Energia dos Estados-Membros da UE se reunirá para falar da questão dos biocombustíveis e do mercado interno da energia. Para mais informações, acesse este link.
25	Conselho da UE - Agricultura e Pesca Bruxelas, Bélgica O Conselho da Agricultura e da Pesca se reunirá para debater sobre questões relacionadas à agricultura e à pesca, incluindo segurança alimentar, saúde animal, bem-estar animal e normas fitossanitárias. Para mais informações acesse este link.